O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 15 | Nº 45 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.8377385

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

VIOLÊNCIA SEXUAL NA ESCOLA: PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS EM ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO

Marconi de Jesus Santos[1]

Antônio José Araújo Lima[2]

Resumo

O presente estudo aborda a temática da violência sexual no âmbito escolar que atinge adolescentes e prejudica a saúde de estudantes. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é analisar a prevalência de violência sexual na escola e fatores associados em adolescentes do ensino médio. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um estudo transversal realizado com 674 adolescentes de escolas de ensino médio em Teresina-PI, selecionados por amostragem probabilística estratificada proporcional. Realizaram-se análises univariada, por meio de estatística descritiva; bivariada, utilizando-se o teste Qui-quadrado de Pearson (χ^2) ou teste exato de Fisher; e multivariada, por meio de regressão logística múltipla, utilizando a razão de chances ajustadas (OR) e respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%) com nível de significância de 5%. Os resultados encontrados revelam a prevalência de violência sexual na escola de 6,4%, com frequência maior no sexo feminino (7,9%), na faixa etária de 17-19 anos (6,7%), pardos/pretos (6,7%), com companheiros (11,5%), não católicos (8,5%). Houve associação significativa (p<0,05) entre sofrer violência sexual na escola e sexo feminino (OR=2,41; IC95%: 1,20-4,79), religião não católico (OR=2,11; IC95%: 1,12-3,98) e renda familiar acima de um salário mínimo (OR=2,35; IC95%: 1,11-4,98). Conclui-se que há uma alta prevalência de violência sexual no ambiente escolar contra adolescentes do ensino médio nas escolas públicas e privadas de Teresina e sua associação com fatores como sexo, religião e renda familiar.

Palavras-chave: Abuso Sexual do Adolescente; Violência Sexual na Escola; Saúde do Estudante; Estudos transversais.

Abstract

The present study addresses the issue of sexual violence in schools, which affects adolescents and harms the health of students. Therefore, the objective of this research is to analyze the prevalence of sexual violence at school and associated factors in high school adolescents. Regarding methodological procedures, this is a cross-sectional study carried out with 674 adolescents from high schools in Teresina-PI, selected by proportional stratified probabilistic sampling. Univariate analyzes were performed using descriptive statistics; bivariate, using Pearson's Chi-square test (χ2) or Fisher's exact test; and multivariate, using multiple logistic regression, using the adjusted odds ratio (OR) and respective 95% confidence intervals (95%CI) with a significance level of 5%. The results found reveal a prevalence of sexual violence at school of 6.4%, with a higher frequency among females (7.9%), in the 17-19 age group (6.7%), mixed race/black people (6 .7%), with companions (11.5%), non-Catholics (8.5%). There was a significant association (p<0.05) between suffering sexual violence at school and female sex (OR=2.41; 95%CI: 1.20-4.79), non-Catholic religion (OR=2.11; 95%CI : 1.12-3.98) and family income above one minimum wage (OR=2.35; 95%CI: 1.11-4.98). It is concluded that there is a high prevalence of sexual violence in the school environment against high school adolescents in public and private schools in Teresina and its association with factors such as sex, religion and family income.

Keywords: Adolescent Sexual Abuse; Cross-Sectional Studies; Sexual Violence at School; Student Health.

[1] Professor do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: marconi.santos@ifma.edu.br

[2] Professor do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: antonio.jose@ifma.edu.br

INTRODUÇÃO

A violência, sob todas as formas, é motivo de preocupação devido às associações com múltiplos efeitos adversos, incluindo lesões, mortalidade, danos psicossociais e custos econômicos, afetando todas as classes e segmentos sociais. Nesse sentido, o presente estudo aborda a temática da violência sexual contra adolescentes no âmbito escolar, o qual tem assumido um ponto de destaque na sociedade atual, devido sua magnitude, gravidade, impacto social e consequências físicas e psicológicas às vítimas e suas famílias, impactando diretamente no processo de aprendizagem de estudantes.

Essa pesquisa justifica-se em razão da violência sexual, dentre os tipos de violência, ser uma das mais difíceis de ser notificada, pois reporta-se a aspectos relacionados à sexualidade, o que sempre foi visto como um tabu e, portanto, ainda, pouco pesquisado. Assim, no ambiente escolar, o assédio sexual entre alunos é visto como elemento normal da vida, sendo cometido por professores e colegas e percebido por todos que compõe a escola (funcionários, professores, diretores, coordenadores), entretanto, estes ignoram o fato, dificultando, nessas circunstâncias, a denúncia dos abusos. Nesse contexto, a violência sexual é muito frequente e prejudicial entre estudantes adolescentes de ensino médio.

Outro aspecto relevante é o fato de a violência ocorrer no local onde legalmente deveria se proteger e dar segurança a todos que o frequentam: a escola. Constrangimento, medo, vergonha e pressão social também são fatores que contribuem para a subnotificação de casos de violência sexual que ocorrem no ambiente escolar.

Considerando que a violência sexual no âmbito da escola tem impacto direto na saúde individual e coletiva provocando mortes, lesões e traumas físicos, psicológicos e emocionais, além de interferir na qualidade da educação, na relação de estudantes com os demais atores da escola, no rendimento dos alunos e na evasão escolar e a carência de estudos sobre essa temática em nível internacional, nacional e regional; o presente estudo tem por objetivo analisar a prevalência de violência sexual na escola e fatores associados em adolescentes do ensino médio no município de Teresina-PI.

O recorte metodológico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa constitui-se de um estudo transversal, do tipo inquérito de base institucional, correspondente a recorte de pesquisa mais ampla intitulada Saúde na Escola: Diagnóstico situacional no Ensino Médio, com abordagem qualitativa e quantitativa. A revisão da literatura foi elaborada recorrendo-se a um referencial teórico consistente, organizado com base em material publicado, tais como livros, periódicos, leis, dissertações, teses, jornais, redes eletrônicas, entre outros.

O texto está dividido em seis seções: 1) a introdução, apresentando e contextualizando a temática e o desenvolvimento do estudo; 2) a revisão da literatura, na qual apresentamos estudos relevantes sobre violência sexual no âmbito escolar relacionada as consequências para a saúde individual e coletiva de estudantes; 3) a metodologia que explica todo o processo de construção e análise dos dados coletados; 4) os resultados, onde é exposto os principais dados encontrados e revelados na pesquisa; 5) a discussão que faz a relação dos principais resultados com o aporte teórico e a literatura pertinente a temática; 6) as considerações finais que sistematiza os principais resultados e discussões da pesquisa.

REVISÃO DA LITERATURA

Entende-se a violência como um problema social que acompanha toda a história e as transformações da humanidade, estando presente em todo o mundo, abrangendo todas as classes e os segmentos sociais. É considerada um fenômeno complexo e multicausal que atinge todas as pessoas, afetando-as emocionalmente, fugindo a qualquer conceituação precisa e cabal. Além disso, pode provocar morte, lesões, traumas físicos e mentais; diminui a qualidade de vida das pessoas e da coletividade; mostra inadequação dos serviços de saúde e coloca novos problemas para o atendimento médico, comprovando-se como um grave problema de saúde pública (MINAYO, 2009).

Nesse contexto, a violência sexual trata-se de uma violação aos direitos peculiares de uma pessoa em crescimento, negando às vítimas os direitos ao desenvolvimento sadio de sua sexualidade. Pode manifestar-se como exploração sexual, caracterizada pela relação sexual de crianças e/ou adolescentes com adultos, mediada pelo pagamento em dinheiro ou qualquer outro benefício (favores ou presentes), onde crianças e adolescentes são tratados como objetos ou mercadorias; abuso sexual. compreendido como o envolvimento de uma criança ou adolescente em atividade sexual que essa não possa compreender totalmente, sendo incapaz de dar consentimento, ou para a qual a criança não está preparada, devido ao seu estágio de desenvolvimento; e assédio sexual, definido como avanços de caráter sexual, não aceitáveis, solicitação de favores sexuais ou contatos verbais ou físicos, que criam uma situação ofensiva e hostil, haja visto que é algo inaceitável (AZEVEDO; GUERRA, 2009).

Sabe-se que a adolescência é tida como a transição da infância para a vida adulta, acarretando importantes transformações biológicas, cognitivas, emocionais e sociais (ROSA NETO, 2014). Nessa fase, observa-se a aquisição de hábitos saudáveis, bem como de exposição a situações de risco com efeitos significativos no presente e no futuro. Este período é marcado por diversas transformações corporais, hormonais e até mesmo comportamentais. Não se pode definir com exatidão o início e fim da adolescência (ela varia de pessoa para pessoa), porém, na maioria dos indivíduos, ela ocorre entre os 10

e 19 anos de idade (OMS,1986). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990, define adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (BRASIL,1990).

Nesse sentido, abusos sexuais contra adolescentes podem acontecer em qualquer lugar: em casa, na escola, no trabalho e na comunidade. Embora os meninos também sejam afetados, estudos mostram que as meninas constituem a maioria das vítimas de abuso sexual. Adolescentes podem ser atraídos para a exploração sexual com fins comerciais sob o pretexto de receber educação ou emprego, ou em troca de dinheiro; ou podem ser envolvidos devido a pressões familiares, ou pela necessidade de ajudar suas famílias, a si mesmos, ou ambos (UNICEF, 2021).

Destaca-se que adolescentes vítimas de violência sexual têm muita dificuldade em contar o que ocorre ou ocorreu com elas. Não é fácil viver o abuso, mas também não é fácil revelá-lo. Constata-se que a violência sexual apresenta um impacto na saúde mental dos adolescentes, sendo considerada o fator de risco mais importante para problemas relativos à saúde mental de escolares (ANDRADE *et al*., 2012).

Contudo, os dados estatísticos não representam com fidedignidade os números de abusos sexuais contra adolescentes, representam, apenas, os casos que foram denunciados. A falta de registro não significa a ausência do fenômeno. Diante do abuso sexual, o adolescente pode silenciar-se. Esse silêncio não se reduz à mera aceitação do fato. O abuso ocorre quando estão sós e essa situação de vulnerabilidade faz com que o adolescente considere que as consequências de uma revelação possam ser mais sérias do que o abuso. Nesse contexto, a vítima vive o medo e a culpa (MARTELLI, 2013).

Assim, romper com o pacto de silêncio diante do abuso sexual não é tarefa fácil. As vítimas precisam se sentir protegidas para que contém o que estão vivenciando para um adulto. Pensar sobre sexualidade e violência sexual é uma das formas de proteger os adolescentes em situação de vulnerabilidade. A denúncia pode evitar que o abusador violente, novamente, o adolescente ou que outros sejam suas próximas vítimas (AZAMBUJA; FERREIRA, 2011).

O artigo 245 do ECA alerta que: Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente; pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. O artigo acima elucida a responsabilidade do professor e da escola diante do abuso sexual. Calar-se diante de uma suspeita também é crime (BRASIL, 1990).

Como visto anteriormente, a violência sexual contra adolescentes pode ocorrer em qualquer lugar, inclusive na escola, que legalmente tem o papel de proteger e dar segurança a todos que a frequentam. Nesse ambiente, questões de sexualidade estão cercadas de tabus, medos, omissões e

mesmo indiferença, devendo, assim, ser tratada como uma questão de natureza política, ética e de direitos humanos (SILVA, 2023).

A escola constitui-se como importante lócus no monitoramento da saúde do escolar e onde se encontra a maior parte dos adolescentes. Os dados do censo escolar 2022 revelam, que no Brasil, o acesso a escola é de 99,7% para a população de 6 a 14 anos e de 92,2% na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, independentemente da classe de rendimento mensal (BRASIL, 2023). Dessa forma, constitui-se em um ambiente de grande influência na formação do indivíduo, cuja vivência é crucial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Portanto, constitui lócus privilegiado para o monitoramento de fatores de risco e proteção dos escolares (SENHORAS, 2020).

Ademais, em diferentes espaços sociais, o adolescente expressa a sua sexualidade, dentre eles, a escola. Se a escola se propõe a contribuir para o desenvolvimento integral de seus alunos, precisa concebê-los como seres humanos sexuados, pois a sexualidade é inerente à vida. Compreender o aluno como ser humano é reconhecer e dialogar sobre as questões de sua sexualidade, suas manifestações, suas dúvidas, suas curiosidades, enfim, toda a atmosfera que envolve esse aspecto. Contudo, a escola organiza-se de forma a silenciar as manifestações de sexualidade de professores, professoras, alunos, alunas, pais, mães e de todos que fazem parte da comunidade escolar (MARTELLI, 2013).

Logo, a escola é um espaço de convivência e relacionamento, de subjetividades, de relações entre gerações, professores, estudantes, crianças, adolescentes e pais. É o espaço ideal para discussão aberta e franca sobre sexualidade, deixando de lado os próprios preconceitos, permitindo que cada um se mostre como é: com suas dúvidas, conflitos, medos. É ela que detém os meios pedagógicos necessários para a intervenção sistemática sobre a sexualidade, de modo a proporcionar a formação de uma opinião mais crítica sobre o assunto, permitindo, assim, a satisfação e os anseios dos alunos. É notória, a importância de se discutir a sexualidade na escola, uma vez que cresce a cada dia o número de abuso sexual entre adolescentes (UNICEF, 2021).

Segundo Dalcin (2016), o adolescente é considerado um indivíduo em transição, em função do desenvolvimento e transformações biológicas inerentes à idade. Nesta etapa da vida, ele se encontra mais vulnerável aos processos de interações sociais complexos em busca da reafirmação de seus valores e crenças. Os espaços sociais em que o escolar está inserido devem estar receptivos para compreender a sua realidade e oferecer suporte para promover a integração humana e o fortalecimento das inter-relações. A escola pode ser estratégia de espaço social saudável para os adolescentes.

Ressalta-se que o interesse em identificar a violência no contexto escolar tem crescido nas últimas décadas, não só por suas implicações no processo de integração de crianças e adolescentes à sociedade, mas pela íntima relação que apresenta com o fracasso de objetivos mais amplos da escola,

como educar, ensinar e aprender. Nem sempre os danos físicos, psicológicos e sociais causados pela violência sexual contra adolescentes resultam em lesões, invalidez ou morte. Nesse sentido, suas consequências podem ser imediatas ou manifestar-se por anos após o ocorrido. Muitas vítimas são crianças e jovens, e não sabem como se proteger, outras apesar de serem mais velhas, por convenções ou pressões sociais são forçadas a manterem silêncio e não buscam ajuda, causando maior sofrimento (MEKURIA; ABERA, 2015).

Por muito tempo, a violência sexual fez parte de um tema de pesquisa negligenciado em quase todas as partes do mundo. Porém, em razão de seus efeitos prejudicarem a vida das pessoas por um longo período, essa temática passou a ser investigada na contemporaneidade por tratar-se de um problema de saúde pública de grandes proporções. Sabe-se que, além do dano físico, pode levar ao consumo inadequado de bebidas alcoólicas e outras drogas, à depressão, ao suicídio, à evasão escolar, ao desemprego e a recorrentes dificuldades de relacionamento (ULLMAN, 2016; JACINTO, 2021).

As vítimas de violência sexual são mais propensas ao desenvolvimento de transtornos psicossociais que interferem na sua sociabilidade, no desempenho escolar, na relação familiar e na sexualidade. Além disso, consequências a longo prazo não atingem apenas a saúde individual, mas também a coletiva, justificando-se como um grave problema de saúde pública. Por ser um fenômeno complexo e multicausal, requer um olhar específico do poder público e uma resposta abrangente (MODIN *et al*, 2016; CALDAS *et al*, 2023).

Estudos de prevalência de violência sexual entre estudantes nos Estados Unidos apontou que 10,3% de meninas e 3,1% dos meninos do ensino médio relataram histórias de relações sexuais forçadas (KANN, 2016). Segundo a Organização Mundial de Saúde (2013) cerca de um milhão de crianças e adolescentes no mundo são vítimas de episódios de violência sexual a cada ano e 18 milhões de crianças na Europa são vítimas de violência sexual. No Brasil, os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE, 2015), demonstraram que 4,0% dos escolares entrevistados afirmaram terem sido forçados a ter relação sexual, sendo o percentual para meninos de 3,7% e para as meninas de 4,3% (IBGE, 2016).

Para o enfrentamento da violência no âmbito escolar, a OMS, na década de 1990, desenvolveu o conceito e iniciativa de Escolas Promotoras de Saúde. Dessa forma, no mundo, mais de 100 países já fazem monitoramento da saúde dos estudantes, ajudando na modificação de currículos e estruturando programas de saúde voltados para a faixa etária dos adolescentes (IBGE, 2013).

No Brasil, diante deste cenário, o Governo Federal desenvolveu, desde 2004, o Projeto Escola que Protege do Ministério da Educação e Cultura (MEC) tendo por finalidade a ampliação do diálogo com a sociedade e a articulação de meios para proteger as crianças e os adolescentes dos diferentes tipos

de violência (BRASIL, 2007). Além desse, o MEC juntamente com o MS, implantou um programa interministerial, instituído pelo decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, denominado Programa Saúde na Escola (PSE), tendo como um dos objetivos promover a saúde e a cultura de paz, reforçando a prevenção de agravos a saúde, dentre eles a violência, desenvolvendo ações integradas entre a saúde e educação (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, a escola deve proporcionar um ambiente saudável e seguro para o aprendizado e desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, protegendo-as de situações que representem riscos à saúde física e psicológica.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, do tipo inquérito de base institucional, correspondente a recorte de pesquisa mais ampla intitulada Saúde na Escola: Diagnóstico situacional no Ensino Médio, que teve por objetivo analisar a situação de saúde de alunos e professores da rede pública estadual e privada de ensino médio em Teresina-PI.

Os sujeitos da pesquisa foram os adolescentes de 10 a 19 anos de idade matriculados e frequentando as instituições públicas estaduais e privadas de ensino médio regular ou integral, no período de abril a setembro de 2016, na zona urbana e rural.

Segundo o censo escolar de 2014, o município de Teresina possuía 168 escolas que ofereciam ensino médio, sendo 101 escolas públicas e 67 privadas (INEP, 2015).

A gestão das escolas públicas estaduais está organizada em quatro Gerências Regionais de Ensino (GRE). Das escolas que oferecem o ensino médio regular ou integral a 4ª GRE gerencia 31 escolas localizadas na regional Norte da cidade; a 19ª GRE responde por 31 escolas da regional Sul; a 20ª GRE é responsável por 21 escolas da regional Nordeste, enquanto a 21ª GRE administra 18 escolas na regional Sudeste do município (PIAUÍ, 2015).

As escolas privadas, dado ao modelo de gestão particular, não estão organizadas ou vinculadas às GREs, mas estão distribuídas em toda a área geográfica de atuação delas. Portanto, sua distribuição foi feita pelos pesquisadores da seguinte forma: 28 na área correspondente à 4ª GRE, 10 na 19ª, 24 na 20ª e 05 na 21ª GRE.

Para a seleção das escolas participantes foi utilizada amostragem probabilística estratificada. Com o intuito de evitar a possibilidade de aglomeração de escolas numa mesma área da cidade e de um mesmo porte, organizou-se o município em quatro áreas (correspondentes as GREs) e para cada área sorteou-se o mesmo número de escolas por porte (pequeno: até 115 alunos, médio: 116 a 215 alunos e grande: mais de 215 alunos)

e tipo de gestão (pública ou privada). Sorteou-se uma escola pública e uma privada de cada porte, para a área geográfica correspondente a cada GRE, totalizando 12 escolas públicas e 12 privadas, sendo 06 escolas por GRE.

Para a seleção dos alunos, foi utilizada a amostragem probabilística estratificada proporcional (LUIZ, 2005), calculada no programa Epi Info 6.04d (Centers for Disease Control and Prevention, Atlanta, Estados Unidos), considerando população de alunos do ensino médio de escolas privadas e públicas estaduais (N = 40.136), segundo dados do Censo Escolar de 2014, adotando-se intervalo de 95% de confiança (IC95%), prevalência de 50% do evento (visto que não há dados na literatura a respeito e este valor maximiza a amostra), precisão de 5%, efeito de desenho de 1,5 e nível de significância de 5%. Dessa forma, obteve-se a amostra mínima de 571 adolescentes. Considerando a possibilidade de perdas e recusas, acrescentaram-se 20% (114) totalizando a amostra final de 685 adolescentes.

A amostra foi distribuída nas escolas sorteadas proporcionalmente ao número de alunos existentes nas escolas públicas e privadas no município. A seguir, a disposição da amostra passou a ser feita segundo o porte da escola; conforme a série do ensino médio, segundo o sexo e proporcional à idade, nessa ordem. Esses sorteios foram realizados mediante disponibilização da lista de alunos matriculados e ativos em 2016, em cada escola sorteada e que autorizou a realização da pesquisa.

Considerando-se que o estudo não buscava comparar as GREs, não se realizou a distribuição da amostra proporcional ao número de alunos de cada área. Além disso, essa proporcionalidade dentre as GREs poderia gerar em algumas delas a necessidade de mais de uma escola do mesmo porte para alcançar-se o número mínimo de alunos, perdendo-se a opção inicial da inclusão de uma escola por porte e tipo de gestão para cada uma das quatro áreas.

Foi utilizado questionário semi-estruturado, pré-codificado e pré-testado, abordando aspectos sociodemográficos e experiência de situações de violência sexual na escola.

A prevalência da violência sexual foi obtida por meio das perguntas: Nos últimos 12 meses, você se sentiu assediado (a) sexualmente por outros alunos na escola? Nos últimos 12 meses, você se sentiu assediado (a) sexualmente por professores ou funcionários na escola? Nos últimos 12 meses, você foi forçado (a) ou seduzido (a) a praticar ato sexual (ou foi vítima de violência sexual) por outros alunos na escola? Nos últimos 12 meses, você foi forçado (a) ou seduzido (a) a praticar ato sexual (ou foi vítima de violência sexual) por professores ou funcionários na escola? (categorias analisadas: Sim, Não). Além de estimar a prevalência de violência sexual na escola na população estudada, foram identificadas associações deste fenômeno com variáveis sobre aspectos sociodemográficos (sexo, faixa etária, cor da pele, tipo de escola, situação conjugal, mora com os pais, religião, série que estuda, escolaridade da mãe,

atividade remunerada, atual ocupação, dependência financeira, de quem depende financeiramente e renda familiar).

Procedeu-se à dupla digitação dos dados no programa Epi Info. Versão 6.04d (Centers for Disease Control and Prevention, Atlanta, Estados Unidos), para a checagem de eventuais erros de digitação e quando necessário, as devidas correções. A análise estatística foi realizada utilizando-se o programa IBM Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 17.0.

Para análise univariada, utilizou-se estatística descritiva. Para a bivariada, o teste Qui-quadrado de Pearson (χ^2) ou teste exato de Fisher, conforme adequação. Para explicar o efeito conjunto das variáveis independentes sobre a variável dependente, utilizou-se a Regressão Logística Múltipla. O critério para inclusão de variáveis no modelo logístico foi a associação com as características sociodemográficas em nível de $p<0,20$ na análise bivariada. No modelo final, por sua vez, considerou-se associação com valor de $p<0,05$.

A multicolinearidade de variáveis independentes foi testada com base no variance-inflation factor (VIF), calculado por regressão linear múltipla, cujo ponto de corte adotado foi o de FIV > 4, não sendo observada multicolinearidade.

Todos os participantes da pesquisa foram convidados a assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após os devidos esclarecimentos. Em relação aos participantes menores de 18 anos, foi solicitada a assinatura do TCLE por um responsável de maior idade, bem como, a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) pelo próprio participante.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, conforme recomenda a Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde[16], com o parecer nº 1.495.975. A Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Piauí e os gestores das escolas privadas autorizaram a realização da pesquisa nas escolas sob sua responsabilidade.

RESULTADOS

Participaram do estudo 674 adolescentes, com média de idade de 16,4 anos (DP±1,2), maior proporção do sexo feminino (56,7%), autodeclarados pardos (62,4%), solteiros (96,1%), que moravam com os pais (85%) e católicos (59,9%). Houve o predomínio de estudantes de escolas públicas (64,7%), de alunos que cursavam o 2º ano do ensino médio (35,9%). Parcela importante das mães dos escolares apresentavam 8 anos ou mais anos de estudo (68,8%). No que se refere aos aspectos socioeconômicos, (83,1%) da amostra estudada não apresentavam atividade remunerada, (72,3%) não possuíam ocupação

profissional e (97,5%) dependiam financeiramente de alguém, dos quais (92,4%) dependiam dos pais. A maior parte dos estudantes (58,3%) apresentava renda familiar acima de um salário-mínimo.

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica dos alunos em escolas de ensino médio da rede pública estadual e privada de Teresina-PI, 2016

Variável	N	%
Total	674	100,0
Sexo		
Masculino	292	43,3
Feminino	382	56,7
Faixa etária (anos)		
14 a 16	346	51,3
17 a 19	328	48,7
Cor da pele		
Parda/Preta	522	77,4
Outra[a]	152	22,6
Situação conjugal		
Com companheiro	26	3,9
Sem companheiro	648	96,1
Mora com os pais		
Sim	573	85,0
Não	101	15,0
Religião		
Católica	404	59,9
Outra[b]	270	40,1
Tipo de escola		
Pública	436	64,7
Privada	238	35,3
Série que estuda		
1ª do Ensino Médio	222	32,9
2ª do Ensino Médio	242	35,9
3ª do Ensino Médio	210	31,2
Escolaridade da mãe (anos de estudo)		
0 a 7	210	31,2
8 ou mais	464	68,8
Atividade remunerada		
Sim	114	16,9
Não	560	83,1
Atual ocupação		
Sim	187	27,7
Não	487	72,3
Depende financeiramente de alguém		
Sim	657	97,5
Não	17	2,5
Dependente de quem[c]		
Pais	619	92,4
Outros	38	7,6
Renda familiar		
Até 1 Salário Mínimo	281	41,7
Mais de 1 Salário Mínimo	393	58,3

Fonte: Elaboração própria.
Nota: [a]Parda (421), Preta (101), Amarela (38), Indígena (17). [b]Evangélica (160), Outra (21), Não tem religião (89). [c]Somente para quem respondeu Sim à variável. Depende financeiramente de alguém.

A partir da regressão logística múltipla, verificou-se que houve associação significativa (p<0,05) entre sexo feminino (OR=2,41; IC95%: 1,20-4,79), religião não católica (OR=2,11; IC95%: 1,12-3,98) e renda familiar acima de um salário-mínimo (OR=2,35; IC95%: 1,11-4,98) com sofrer violência sexual na escola.

Tabela 2 - Análise bivariada e regressão logística múltipla para fatores associados à violência sexual na escola em alunos de ensino médio da rede pública estadual e privada de Teresina-PI, 2016

Variável	Sofreu violência sexual							
	Bivariada					Multivariada		
	Sim (%)		Não (%)		p-valor	OR	IC95%	p-valor
Sexo								
Feminino	30	(7,9)	352	(92,1)	0,103[a]	2,41	1,20 – 4,79	0,013[c]
Masculino	13	(4,5)	279	(95,5)		1		
Faixa etária (anos)								
14 a 16	21	(6,1)	325	(93,9)	0,856[a]	-	-	-
17 a 19	22	(6,7)	306	(93,3)				
Cor da pele								
Parda/Preta	35	(6,7)	487	(93,3)	0,523	-	-	-
Outra	8	(5,3)	144	(94,7)				
Situação conjugal								
Com companheiro	3	(11,5)	23	(88,5)	0,227[b]	-	-	-
Sem companheiro	40	(6,2)	608	(93,8)				
Mora com os pais								
Sim	34	(5,9)	539	(94,1)	0,364[a]	-	-	-
Não	9	(8,9)	92	(91,1)				
Religião								
Outra	23	(8,5)	247	(91,5)	0,089[a]	2,11	1,12 – 3,98	0,022[c]
Católica	20	(5,0)	384	(95,0)		1		
Tipo de escola								
Pública	28	(6,4)	408	(93,6)	1,000[a]	-	-	-
Privada	15	(6,3)	223	(93,7)				
Série que estuda								
1ª do EM	13	(5,9)	209	(94,1)	0,926[a]	-	-	-
2ª do EM	16	(6,6)	226	(93,4)				
3ª do EM	14	(6,7)	196	(93,3)				
Escolaridade da mãe								
8 ou mais	35	(7,5)	429	(92,5)	0,095[a]	1,59	0,69 – 3,63	0,274[c]
0 a 7 anos	8	(3,8)	202	(96,2)		1		
Atividade remunerada								
Sim	9	(7,9)	105	(92,1)	0,606[a]	-	-	
Não	34	(6,1)	526	(93,9)				
Atual ocupação								
Sim	11	(5,9)	176	(94,1)	0,879[a]	-	-	
Não	32	(6,6)	455	(93,4)				
Depende financeiramente de alguém								
Sim	43	(6,5)	614	(93,5)	0,618[b]			
Não	-	-	17	(100,0)				
Dependente de Quem								
Pais	39	(6,3)	584	(93,7)	0,557[b]			
Outros	4	(7,8)	47	(92,2)				
Renda Familiar								
Até 1 SM	11	(3,9)	270	(96,1)		1		
Mais de 1SM	32	(8,4)	361	(91,9)	0,039[a]	2,35	1,11-4,98	0,026[c]

Fonte: Elaboração própria.
Nota: [a]Teste Qui-quadrado; [b]Teste Exato de Fisher; [c]Regressão logística múltipla; OR: odds ratio do modelo multivariado; IC95%: intervalo de confiança de 95%.

Em relação à caracterização das vítimas que relataram terem sofrido violência sexual na escola, percebeu-se maior proporção no sexo feminino (69,7%) e na faixa etária de 14 a 16 anos (56,6%). Entre as vítimas do sexo masculino, a maioria encontrava-se na faixa etária de 17 a 19 anos (69,2%). A maioria dos jovens que sofreram violência sexual eram pardos ou pretos (81,4%), solteiros (93%) e moravam com os pais (79%). No que se refere à religião, 46,5% das vítimas declararam-se católicos. Em se tratando do tipo de escola, 65,1% dos adolescentes vítimas de violência sexual encontravam-se matriculados em escolas públicas e a maioria cursando o 2º ano do ensino médio (37,2%). Com relação

ao grau de escolaridade da mãe, 81,4% dos adolescentes relataram que suas mães haviam estudado oito anos ou mais. Quanto ao agressor, a pesquisa mostrou que a maioria dos atos de violência sexual na escola foi cometida por alunos (82,9%).

Tabela 3 - Caracterização das vítimas de violência sexual em escolas de ensino médio da rede pública estadual e privada de Teresina-PI, 2016

Variável	Sofreu violência sexual		Total	p-valor[a]
	Masculino	Feminino		
	n (%)	n (%)	n (%)	
Faixa etária (anos)				
14 a 16	4 (19,0)	17 (81,0)	21(48,8)	0,185
17 a 19	9 (40,9)	13 (59,1)	22(51,2)	
Cor da pele				
Parda/Preta	10 (50,0)	25 (71,4)	35(81,4)	0,681
Outra	3 (27,0)	05 (62,5)	08(18,6)	
Situação conjugal				
Com companheiro	1 (33,3)	2 (66,7)	3(7,0)	1,000
Sem companheiro	12 (30,0)	28 (70,0)	40(93)	
Mora com os pais				
Sim	11 (32,4)	23 (67,6)	34(79)	0,698
Não	2 (22,2)	7 (77,8)	9(20,1)	
Religião				
Católica	4 (20,0)	16 (80,0)	20(46,5)	0,202
Outra	9 (39,1)	14 (60,9)	23(53,5)	
Tipo de escola				
Pública	8 (28,6)	20 (71,4)	28(65,1)	1,000
Privada	5 (33,3)	10 (66,7)	15(34,9)	
Série que estuda (ensino médio)				
1ª ano	3 (23,1)	10 (76,9)	13(30,2)	0,711
2ª ano	6 (37,5)	10 (62,5)	16(37,2)	
3ª ano	4 (28,6)	10 (71,4)	14(32,6)	
Escolaridade da mãe (anos estudados)				
0 a 7	2 (25,0)	6 (75,0)	8(18,6)	1,000
8 ou mais	11 (31,4)	24 (68,6)	35(81,4)	
Agressor				
Aluno	13 (33,3)	26 (66,7)	39(82,9)	0,405
Professor/Funcionário	1 (12,5)	7 (87,5)	8(17,1)	

Fonte: Elaboração própria.
Nota: [a]Teste Exato de Fisher.

DISCUSSÃO

A prevalência de adolescentes escolares vítimas de violência sexual no ambiente escolar, nesse estudo (6,4%) foi superior ao inquérito nacional (4,0%) (IBGE, 2016). Este dado é elevado e mostra-se ainda mais preocupante considerando que o inquérito nacional refere-se à violência sexual sofrida em qualquer lugar, inclusive nos lares, local onde mais ocorre esse tipo de violência (BRASIL, 2017).

Pesquisas nacionais e internacionais estimam a prevalência de violência sexual em adolescentes do ensino médio. Porém, nenhum se refere àquelas ocorridas especificamente na escola, tornando esse estudo inédito (RIBEIRO, 2015; ABRAMOVAY, 2016; BARTH, 2013).

Considera-se que o problema para aferição da prevalência é uma constante uma vez que, cerca de dois terços dos violentados nunca revelam o fato. Isso pode estar relacionado à questão da vítima de violência sexual ser estigmatizada com a ideia de culpado por sofrer esse tipo de violência. Dessa forma, não denunciam os abusos sofridos e os números notificados podem estar bem a quem da realidade.

Favorecendo o aparecimento de problemas psicossociais, contribuindo para o surgimento de debates e discussões sobre o enfrentamento e a prevenção do abuso sexual contra adolescentes (SANTOS *et al*, 2019).

Escolares adolescentes do sexo feminino, não pertencentes à religião católica e com renda familiar superior a um salário-mínimo tiveram maior chance de ser vítima de violência sexual na escola. Estudo mostra que 10 a 20% das meninas e 5 a 10% dos meninos já sofreram violência sexual antes dos 18 anos. Estudos nacionais e internacionais revelam que o sexo feminino sofre mais violência sexual em relação ao sexo masculino, o que condiz com os achados desse estudo. A explicação para isso pode estar relacionada ao fato de que o sexo feminino ainda hoje é definido como submisso, fraco e inferior, apesar de mudanças de paradigmas na contemporaneidade abalar essa definição (CLEAR *et al*, 2014).

Encontra-se na literatura que a violência não é um traço de personalidade relacionado aos sexos masculino ou feminino, muito menos que características genéticas determinam que os homens sejam mais violentos e mulheres mais frágeis e submissas, pois isso seria reforçar um estereótipo muito comum, ainda usado para justificar o atual cenário de violência contra a mulher. Portanto, a característica violenta vai se conformando com a construção do gênero que, por sua vez, está atrelada ao modo de viver e sobreviver em cada sociedade, ou seja, é social e historicamente construída (PIOSIADLO *et al*, 2014; SANTOS *et al*, 2018).

Estudo demonstra que estudantes atribuíam o assédio sexual de meninas a como elas se vestiam. Professores justificavam a exploração sexual de alunas afirmando que suas roupas e comportamentos eram provocativos (LUCÂNIA, 2015).

Professar a fé na religião católica apresenta-se nesse estudo, como fator de proteção para sofrer violência sexual, o que condiz com outros estudos no qual demonstram que a vivência de algum episódio de violência sexual na vida foi maior entre mulheres evangélicas do que entre as católicas e ainda maior entre as mulheres que não professam fé religiosa. O estudo ainda revelou que 75% das mulheres evangélicas e a totalidade (100%) das mulheres sem religião não denunciaram os abusos (FARIA, 2011).

A participação de adolescentes em grupos religiosos reflete na diminuição de violência entre eles. Logo, esses espaços caracterizam-se como trocas afetivas e disciplinares do comportamento humano (SALAS-WRIGHT, 2012).

A renda familiar superior a um salário-mínimo demonstrou associação significativa com fator de risco para sofrer violência sexual na escola, esse achado discorda de outros estudos, os quais apontam que ter renda familiar baixa é vulnerável a ser vítima de violência sexual (LEITE, 2017).

A pesquisa demonstrou que a violência sexual na escola foi perpetrada em sua maioria por alunos e não por professores ou funcionários da escola. Entretanto, outros estudos mostram que os perpetradores mais comuns de violência sexual eram parceiros íntimos, familiares e professores das vítimas. Ressalta-se que essa informação se refere à violência sexual sofrida em qualquer ambiente e não apenas no ambiente escolar, o que pode explicar o resultado encontrado neste estudo (SHIMEKAW *et al.*, 2013).

No que se refere a morar com os pais, alguns estudos demonstram que fatores como a ausência de um ou ambos os pais ou morar com padrasto, também têm sido associados a um risco maior para violência sexual, divergindo dos achados desse estudo, onde a grande maioria das vítimas moravam com os pais. Ainda sobre esse assunto, estudos apontam que alunos que não tiveram discussões abertas sobre sexualidade e saúde reprodutiva com seus pais estavam com maior risco de violência sexual em comparação com os alunos que tiveram discussão (COLLIN-VÉZINA, 2013).

Nesse sentido, outros estudos apontam que mulheres estudantes vivendo sozinhas e as que viviam com seus amigos estavam em maior risco de experimentar violência sexual do que aquelas que viviam com seus pais, demonstrando, portanto, que viver com os pais tem efeito protetor sobre a experiência de abuso sexual em comparação com viver sozinho diferente dos achados desta pesquisa (MARKOS, 2014).

Outro ponto interessante que diverge dos achados de outras pesquisas é o fato de a maioria das vítimas terem suas mães estudado oito ou mais anos. O nível educacional dos pais sendo maior, eles estudam e trabalham passando mais tempo fora de casa, dando menos atenção a seus filhos, estando muitas vezes ausentes, não discutem questões reprodutivas e sexuais, assim não conseguem transferir habilidades de vida que poderia fortalecer a capacidade de decisão contra os avanços sexualmente abusivos.

A literatura aponta que, a exposição à violência sexual em estudantes está associada a problemas psicossociais, ideação suicida, consumo de álcool, uso de drogas ao longo da vida, múltiplos parceiros sexuais, e uma história de infecções sexualmente transmissíveis. O impacto da violência na saúde mental das vítimas leva-os a se auto-culpar e desenvolver conhecimentos extremos em relação a si mesmo, aos outros e ao mundo, desenvolvendo relações sociais negativas (OHENE *et al*, 2015).

Possíveis limitações devem ser consideradas. O estudo geral abrangeu uma gama de temas relacionados à saúde dos escolares e informações detalhadas sobre sofrer violência sexual não foram obtidas. O estudo baseou-se no relato dos estudantes, podendo ocorrer diferenças de interpretações sobre sofrer violência sexual ou não. O instrumento usado na coleta de dados, não contemplava questões que

diferenciassem as manifestações de violência sexual, o que pode ter dificultado a identificação de violência sexual mais sutil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados neste trabalho revelam alta prevalência de violência sexual no ambiente escolar contra adolescentes do ensino médio e associação desta com fatores como sexo, religião e renda familiar. Identifica-se lacunas no conhecimento sobre a extensão do problema, o que é essencial para desenvolver políticas e planos de ação nacionais ou locais, programas e serviços adequadamente fundamentado, cujo objetivo é prevenir a violência sexual na escola e responder a ela.

Deve-se investir em prevenção na mesma proporção da dimensão e gravidade do problema. Contudo, os achados revelados aqui servem para subsidiar o poder público, assim como os gestores das secretarias de educação, saúde, segurança e sociedade em geral para discutir de maneira interdisciplinar ações e políticas visando à proteção e a saúde dos adolescentes dentro do ambiente escolar.

Diante do exposto, considera-se a violência sexual no âmbito escolar como um fenômeno complexo e, portanto, devem-se trabalhar os múltiplos fatores que envolvem tal complexidade, possibilitando ampla compreensão desta problemática social e de saúde pública.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M, et al. **Diagnóstico participativo das violências nas escolas**: falam os jovens. Brasília: Flacso, 2016.

ANDRADE, S. S. C. A. *et al*. "Relação entre violência física, consumo de álcool e outras drogas e bullying entre adolescentes escolares brasileiros". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 28, n. 9, 2012.

AZAMBUJA, M. R. F; FERREIRA, M. H. M. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2011.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

BARTH, J. *et al*. "The current prevalence of child sexual abuse worldwide: a systematic review and meta-analysis". **International Journal of Public Health**, v. 18, n. 2, 2013.

BRASIL **Censo Escolar 2014**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 23/08/2023.

BRASIL. **Caderno de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 23/08/2023.

BRASIL. **Censo Escolar - 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 23/08/2023.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Planalto, 1990. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 23/08/2023.

BRASIL. **Portaria n. 6.286, de 05 de dezembro de 2007**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 23/08/2023.

BRASIL. **Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 23/08/2023.

BRASIL. **Viva**: sistema de vigilância de violências e acidentes: 2013 e 2014. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 23/08/2023.

CALDAS, T. U. *et al*. "Construção de indicadores da violência sexual contra criança e adolescente: um estudo de processos judiciais". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 42, 2023.

CLEAR, E. R, et al. "Sexual harassment victimization and perpetration among high school students". **Violence Against Women**, vol. 20, n 35, 2014.

COLLIN-VÉZINA, D. "Lessons learned from child sexual abuse research: prevalence, outcomes, and preventive strategies". **Child Adolescent Psychiatry Mental Health**, vol.7, n 18, 2013.

DALCIN, C. B. *et al*. "Fatores associados à violência em escolares: ampliando saberes e práticas para a enfermagem". **Texto e Contexto Enfermagem**, vol. 25, n. 48, 2016.

FARIA, M. G. D. A. "Inserção e prática religiosa entre mulheres: Aspectos protetores ao uso de álcool e violência". SMAD. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Droga**, vol. 7, n. 23, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015**. Rio de Janeiro: IBGE; 2016.

JACINTO, P. M. S. "Violência e saúde mental na infância e adolescência: um ensaio reflexivo". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 7, n. 19, 2021.

KANN, L. *et al*. "Youth Risk Behavior Surveillance – United States, 2015". **MMWR Surveill Summ.** 2016.

LEITE, F. M. C. *et al*. "Violence against women, Espírito Santo, Brazil". **Revista Saúde Pública**, vol. 3, n. 2, 2017.

LUCÂNIA, E. R. "Projeto Acolher: caracterização de pacientes e relato do atendimento psicológico a pessoas sexualmente vitimadas". **Temas em Psicologia**, vol. 16, n 1, 2008.

LUIZ, R. R. *et al*. **Epidemiologia e bioestatística na pesquisa odontológica**. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

MARKOS, J. "Assessment of sexual violence and associated factors among high school students in Harari Regional State, Harar Town". **Eastern Ethiopia, Science Research**, vol. 2, n. 5, 2014.

MARTELLI, A. C. "Abuso sexual contra crianças e adolescentes: o que a escola tem a ver com isso". **Anais do Simpósio Internacional de Educação Sexual**. Maringá: UEM, 2013.

MEKURIA, A.; NIGUSSIE, A.; ABERA, M. "Childhood sexual abuse experiences and its associated factors among adolescent female high school students in Arbaminch town, Gammo Goffa zone, Southern Ethiopia: a mixed method study". **BMC International Health and Human Rights**, vol. 15, n. 1, 2015.

MINAYO, M. C. S. "Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva". **Impactos da Violência na Saúde**, vol. 2, 2009.

MODIN, C. T. *et al*. "Sexual violence, mood disorders and suicide risk: a populations-based study". **Ciênc. Saúde Coletiva**, vol. 21, n. 3, 2016.

OHENE, S.A. *et al*. "Sexual and physical violence victimization among senior high school students in Ghana: Risk and protective factors". **Social Science and Medicine**, vol. 4, n. 1, 2015.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência 2014**. São Paulo: OMS, 2015.

PIAUÍ. **Censo escolar 2014**. Teresina: Secretaria de Estado da Educação, 2015. Disponível em: <www.seed.pi.gov.br>. Acesso em: 23/08/2023.

PIOSIADLO, L. C. M. "Subordination of gender: reflecting on the vulnerability to domestic violence against women". **Escola Anna Nery**, vol. 18, n. 2, 2014.

RIBEIRO, I. M. P. "Prevalência das várias formas de violência entre escolares". **Acta Paulista de Enfermagem**, vol. 28, n. 1, 2015.

ROSA NETO, F. **Manual de Avaliação Motora**. Florianópolis: DIOESC, 2014.

SALAS-WRIGHT, C.P. "Religiosity profiles of american youth in relation to substance use, violence, and delinquency". **Journal Youth Adolescence**, vol. 41, n. 2, 2012.

SANTOS, M. J. *et al*. "Caracterização da violência sexual contra criança e adolescentes na escola – Brasil, 2010-2014". **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, vol. 27, n. 2, 2018.

SANTOS, M. J. *et al*. "Prevalência de violência sexual e fatores associados entre estudantes do ensino fundamental – Brasil, 2015"**. Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 24, n. 2, 2019.

SENHORAS, C. A. B. M. "Dimensionamento da violência contra a criança e o adolescente no Brasil". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020.

SHIMEKAW, B. *et al*. "Prevalence and associated factors of Sexual violence among private college female students in Bahir Dar city". **North Western Ethiopia Health**, vol. 5, n. 1, 2013.

SILVA, D. R. E. *et al*. "Políticas educacionais brasileiras relacionadas à educação sexual no ensino de ciências". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 40, 2023.

ULLMAN, S. E.; PETER-HAGENE, L. C. “Longitudinal relationships of social reactions, PTSD, and revictimization in sexual assault survivors”. **Journal of Interpersonal Violence**, vol. 31, n. 6, 2016.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. “Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil”. **Unicef** [2021]. Disponível em: <www.unicef.org>. Acesso em: 14/07/2023.

WHO - World Health Organization. **Young People´s Health**: a Challenge for Society. Geneva: WHO, 1986.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 15 | Nº 45| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima